

CÂMARA MUNICIPAL DE VENDA NOVA DO IMIGRANTE		
ESTADO DO ESPÍRITO SANTO		
EDITAL DE CONVITE Nº 05/2015	PROCESSO Nº 0116/2015	
Expedição: 20/07/2015	Abertura: 30/07/2015, às 13h	
LICITANTE: Câmara Municipal de Venda Nova do Imigrante		
ENDEREÇO: Av. Evandi Américo Comarela, 385 - 4º andar – Bairro Esplanada		
CIDADE: Venda Nova do Imigrante	UF: ES	CEP: 29.375-000

1. PREÂMBULO

1.1 - A CÂMARA MUNICIPAL DE VENDA NOVA DO IMIGRANTE, Estado do Espírito Santo, por intermédio da Comissão Permanente de Licitação (CPL), nomeada pela Portaria nº 03/2015, e em conformidade com a Lei Federal nº 8.666/93, Lei Complementar nº 123/2006 e demais legislações aplicáveis, **TORNA PÚBLICA** a realização de Licitação na modalidade **CONVITE**, do tipo **MENOR PREÇO POR ITEM**, com finalidade de contratar pessoa jurídica para publicação institucional periódica de jornal e revista de grande circulação local e regional, por um período de 12 meses, nas subdivisões internas, para dar publicidade aos atos da Câmara Municipal de Venda Nova do Imigrante – ES, de acordo com o disposto no presente Edital e respectivos anexos, que dele passam a fazer parte integrante, para todos os efeitos.

1.2 - O Edital, bem como os elementos integrantes do mesmo, estão a disposição dos interessados de segunda a quinta-feira no horário de **12h00 às 18h00** e na sexta-feira no horário de **12h00 às 17:30h**, no quadro de avisos da sede da Câmara Municipal no endereço acima e/ou através do site **www.camaravni.es.gov.br**.

1.3 - Os envelopes “HABILITAÇÃO” e “PROPOSTA” deverão ser entregues e protocolados na Secretaria da Câmara Municipal de Venda Nova do Imigrante, sediada à Av. Evandi Américo Comarela, nº 385, 4º andar, Bairro Esplanada – Venda Nova do Imigrante/ES, até as **13 horas, do dia 30 de julho de 2015**.

2. OBJETO

2.1 – Publicação institucional periódica em jornal e revista que circule no Município de Venda Nova do Imigrante-ES, obrigando-se a empresa vencedora a buscar junto a Administração licitante as informações que deseja publicar, de acordo com as necessidades legislativas e com avaliação do Presidente da Câmara da matéria a ser publicada, conforme o Termo de Referência no **Anexo I**.

2.2 – A publicação institucional em jornal e revista para o período de 12 meses será de:

I – JORNAL - até 2.000 (dois mil) centímetros/coluna

II - REVISTA - até 3 (três) publicações de página inteira e até 5 (cinco) publicações de 1/2 página

3. DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

3.1 – Os recursos para atender as despesas constantes do presente Convite serão provenientes da seguinte dotação:

001001.0103100012.111 - Manutenção das Atividades de Publicidade e Ação Legislativa

33903900000 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica

4. ENTREGA DOS ENVELOPES

4.1 – Os licitantes interessados deverão entregar a *Documentação* e a *Proposta de Preços* no dia, hora e local definidos neste edital, envelopes distintos, lacrados e rubricados, devendo conter na parte externa frontal a seguinte indicação:

4.1.1

ENVELOPE Nº 001 – DOCUMENTAÇÃO
CONVITE Nº 05/2015

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO
CÂMARA MUNICIPAL DE VENDA NOVA DO IMIGRANTE – ES
Av. Evandi Américo Comarela, 385, 4º andar – Bairro Esplanada
Venda Nova do Imigrante – ES. CEP: 29.375-000

PROPONENTE: RAZÃO SOCIAL, CNPJ e ENDEREÇO

4.1.2

ENVELOPE Nº 002 – PROPOSTA DE PREÇOS
CONVITE Nº 05/2015

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO
CÂMARA MUNICIPAL DE VENDA NOVA DO IMIGRANTE – ES
Av. Evandi Américo Comarela, 385, 4º andar – Bairro Esplanada
Venda Nova do Imigrante – ES. CEP: 29.375-000

PROPONENTE: RAZÃO SOCIAL, CNPJ e ENDEREÇO

4.2 – Todas as folhas da documentação de habilitação deverão ser entregues na ordem sequencial, que estão listados nos itens 5.1.1 a 5.1.3, a fim de facilitar e agilizar a conferência dos mesmos.

4.3 – Os documentos poderão ser apresentados em original, publicado em órgão de Imprensa Oficial, ou por qualquer processo de cópia autenticado por cartório competente, ou por membro da Comissão Permanente de Licitação devendo, nesse caso, serem apresentados simultaneamente a cópia e o original até um dia antes da abertura da licitação.

5. DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO

5.1 – Os licitantes deverão apresentar os documentos, conforme descrito no Item 4.3, que deverão estar contidos no Envelope nº 001 – HABILITAÇÃO (DOCUMENTAÇÃO), a seguir relacionados:

5.1.1 – HABILITAÇÃO JURÍDICA

- a)** Cédula de identidade dos sócios;
- b)** Registro comercial no caso de empresa individual;
- c)** Ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado, e, em se tratando de sociedades comerciais e, no caso de Sociedades Anônimas acompanhado de documentos de eleição de seus administradores e todas as alterações contratuais, caso não haja consolidação, a fim de comprovar se a atividade licitante é condizente com o objeto licitado;
- d)** Declaração da proponente de que está apta a executar o objeto da licitação (**Anexo II**);
- e)** Procuração ou apresentação do **Anexo III**, caso o credenciamento seja por representantes da empresa;
- f)** Declaração de cumprimento ao disposto no artigo 7º da Constituição Federal, inciso XXXIII, que não emprega menor, conforme modelo do **Anexo IV** deste Convite.

5.1.2 – REGULARIDADE FISCAL

- a)** Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ);

- b)** Prova de Regularidade junto ao Instituto Nacional de Seguro Social – INSS – com validade na data da realização da Licitação;
- c)** Prova de Regularidade de Situação relativa ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço – FGTS, com validade na data da realização da Licitação;
- d)** Prova de regularidade com a **Fazenda Federal** e Procuradoria Geral da Fazenda Nacional, mediante apresentação de Certidão Conjunta Negativa de Débitos relativa a Tributos Federais e à *Dívida Ativa da União* com validade na data da realização da Licitação;
- e)** Prova de regularidade com a **Fazenda Estadual** da sede da Licitante, com validade na data da realização da Licitação;
- f)** Prova de regularidade com a **Fazenda Municipal** da sede da Empresa, com validade na data da realização da Licitação;
- g)** Alvará de funcionamento e localização em vigor, emitido pelo órgão fiscal da Sede da Licitante;
- h)** Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas

5.1.3 – HABILITAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA

- a)** Certidão negativa de falência ou concordata expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica, ou de execução patrimonial, expedida no domicílio da pessoa física;
- b)** Declaração de aptidão para desempenho de atividades semelhantes já prestadas, fornecidas por pessoa física ou jurídica de direito público ou privado;

5.2 – No caso de Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte apresentar declaração do respectivo enquadramento assinada pelo Contador responsável devidamente registrado no órgão competente (CRC); ou Certidão simplificada emitida pela Junta Comercial. A declaração do contador ou a certidão da Junta Comercial deverão estar com data do exercício financeiro vigente.

5.3 – Todos os documentos exigidos para habilitação deverão ser específicos da matriz ou filial (caso exista) da empresa licitante. Não serão aceitos documentos emitidos parte pela matriz e parte pela filial.

5.4 – A falta de quaisquer dos documentos acima mencionados, ou apresentação dos mesmos com prazo vencido, em desacordo com o presente edital, implicará na inabilitação de participar da licitação.

6. JULGAMENTO DA HABILITAÇÃO

- 6.1** – A CPL (Comissão Permanente de Licitação) verificará a documentação dos envelopes "Habilitação" de todas as empresas licitantes;
- 6.2** – Os documentos retirados do envelope de *Habilitação* serão rubricados pela Comissão Permanente de Licitação e em seguida pelos licitantes presentes, permitindo-se aos interessados o exame dos mesmos no local;
- 6.3** – Caso a CPL julgue conveniente e, a seu exclusivo critério, poderá suspender a reunião a fim de que tenha melhores condições para analisar a documentação apresentada, marcando nova data e horário em que voltará a se reunir para dar continuidade aos trabalhos;
- 6.4** – O não comparecimento de proponentes a qualquer das reuniões designadas pela CPL, não impedirá que ela se realize;
- 6.5** – O resultado da *Habilitação* será comunicado aos licitantes após o encerramento desta primeira fase dos trabalhos, o que poderá ocorrer na mesma data da abertura dos respectivos envelopes ou em nova data a ser definida pela CPL;
- 6.6** – Havendo renúncia expressa de todos os licitantes a qualquer recurso contra o julgamento da *Habilitação*, a CPL procederá à verificação das "*Propostas de Preços*" dos habilitados, que serão analisadas após o encerramento dos procedimentos àquela fase, caso contrário, serão observados os prazos legais para interposição de recursos;
- 6.7** – O envelope da *Proposta de Preços* dos licitantes inabilitados será devolvido ao respectivo proponente, fechado, desde que, decorrido o prazo legal, ou não tenha havido recurso, ou após denegação deste;
- 6.8** – A CPL lavrará Ata da reunião de abertura dos envelopes de *Habilitação*, da qual constarão registros da documentação recebida e aberta, das propostas não abertas e devolvidas, das decisões proferidas no momento e demais ocorrências da reunião;
- 6.9** – Após a fase de habilitação, não cabe desistência de proposta, salvo por motivo justo decorrente de fato superveniente e aceito pela CPL.

7. PROPOSTA DE PREÇOS

- 7.1** – *Envelope nº 002 – PROPOSTA DE PREÇOS* – as folhas deverão ser apresentadas datilografadas ou impressas, em **papel timbrado da empresa** licitante, em 01 (uma) via, **datada, rubricada, carimbada e assinada por quem de direito,**

sem emendas, rasuras, entrelinhas ou ressalvas, em idioma português, contendo as seguintes informações:

- a) Número do Convite;
- b) Preço unitário do serviço, por extenso, pelo qual a empresa se compromete a executar os serviços objeto desta licitação, conforme Anexo V;
- c) Discriminação do serviço ofertado, conforme objeto desta Licitação, e informado em modelo próprio (Anexo V);
- d) Validade da proposta, a qual não poderá ser inferior a 60 (sessenta) dias, contados da data de abertura da licitação;
- e) A proposta deverá ser assinada pelo representante legal da licitante sendo apresentada em uma única via datilografada ou impressa, onde deverá constar:
 - I – Nome e qualificação de quem assinará o contrato;
 - II – Endereço para correspondência e,
 - III – Telefone e e-mail.

OBS.: No preço final já deverão estar incluídas eventuais vantagens e/ou abatimentos, impostos, taxas e encargos sociais, obrigações trabalhistas, previdenciárias, fiscais e comerciais, assim como despesas com transportes e deslocamentos e outras quaisquer que incidam sobre a contratação.

7.2– Serão desclassificadas as propostas que apresentarem:

- a) – JORNAL - O valor do centímetro/coluna superior à **média orçada pela Câmara Municipal de Venda Nova do Imigrante-ES**, que é de **R\$24,35 (vinte e quatro reais e trinta e cinco centavos)**;
- b) – REVISTA - O valor de uma página inteira superior à **média orçada pela Câmara Municipal de Venda Nova do Imigrante-ES**, que é de **R\$2.717,74 (dois mil setecentos e dezessete reais e setenta e quatro centavos)** e o valor de meia página superior a **R\$1.456,37 (mil quatrocentos e cinquenta e seis reais e trinta e sete centavos)**;
- c) Preço simbólico, irrisório, de valor zero ou exorbitante, incompatível com os preços de mercado, exceto quando se referir ao proprietário licitante, para os quais ele renuncie à parcela ou à totalidade da remuneração;
- d) Proposta com valor do item manifestamente inexecuível, conforme critérios definidos nos § 1º e 2º, inciso II, do Art. 48 da Lei 8.666/93;

- e) Qualquer limitação ou condição divergente da presente licitação e,
- f) Preços ou vantagens baseados em proposta de outra empresa.

7.3– Serão aceitas as propostas que apresentarem:

- a) – Erros de cálculo nos valores propostos, reservando-se à CPL o direito de avaliar se o erro compromete ou não o certame, mediante os seguintes critérios:
- b) Se houver erro na multiplicação de preços unitários pelas quantidades correspondentes será retificado mantendo-se o preço unitário e a quantidade, corrigindo-se apenas o preço final do produto;
- c) Se houver erro na adição, será retificado conservando-se as parcelas corretas, substituindo-se o total proposto pelo corrigido;

8. JULGAMENTO DAS PROPOSTAS DE PREÇO

8.1 – Serão abertos os envelopes de *Propostas de Preço* dos licitantes habilitados e a CPL verificará a conformidade de cada proposta com os requisitos da licitação, sendo então estas rubricadas pela Comissão e em seguida pelos licitantes presentes, permitindo-se aos interessados o exame das mesmas no local;

8.2 – Ultrapassada a fase de habilitação dos participantes e abertas as propostas, não cabe desclassificá-las por motivo relacionado com a habilitação, salvo em razão de fatos supervenientes ou só conhecidos após o julgamento;

8.3 – A CPL, a seu exclusivo critério, poderá suspender a reunião a fim de que tenha melhores condições para analisar as propostas apresentadas, marcando nova data e horário para se reunir e dar continuidade aos trabalhos;

8.4 – É facultada à CPL ou à autoridade competente, em qualquer fase da licitação, a promoção de diligência destinada a esclarecer ou complementar a instauração do processo, vedada a inclusão posterior de documentos ou informações que deverão constar originariamente na proposta;

8.5 – A CPL promoverá a desclassificação das propostas desconformes ou incompatíveis;

8.6 – Quando todos os licitantes forem inabilitados ou todas as propostas forem desclassificadas, a administração poderá fixar o prazo de 03 (três) dias úteis para que os licitantes apresentem nova documentação e novas propostas escoimadas nas cláusulas de inabilitação/desclassificação;

8.7 – Será considerada **VENCEDORA** a licitante que, satisfeitas todas as etapas e exigências desta licitação, tenha apresentado a proposta de **MENOR PREÇO POR ITEM**.

8.8 – No caso de empate entre duas ou mais propostas e depois de obedecido o disposto no § 2º, do Artº 3º da Lei 8.666/93, a classificação se fará obrigatoriamente por sorteio, na presença de todos os licitantes ou pela Lei Complementar 123/2006;

8.9 – A CPL lavrará a ata da reunião de abertura dos envelopes da *Proposta de Preço*, na qual constarão registros e demais ocorrências da reunião;

8.10 – Só poderão rubricar e assinar documentos os representantes presentes, se credenciados pelo licitante ou o próprio licitante.

9 – DOS REAJUSTES

9.1 – Os preços não serão reajustados, exceto em casos excepcionais, nos termos do art. 65, inciso II, alínea “d” da Lei nº8.666/93.

10. RECURSOS ADMINISTRATIVOS

9.1 – Dos atos da Administração referentes a esta licitação cabem os recursos previstos no artigo 109, da Lei 8.666/93, cujo julgamento em última instância será proferido pelo Presidente da Câmara Municipal;

9.2– Os recursos deverão observar os seguintes critérios:

a) Serem dirigidos a CPL - Comissão Permanente de Licitação, datilografados ou digitados, devidamente fundamentados e, se for o caso, acompanhados de documentação pertinente;

b) Serem assinados por representante legal da licitante, ou Procurador com poderes específicos, hipótese em que deverá ser anexado o instrumento procuratório;

c) Serem apresentados no protocolo da Câmara Municipal;

9.3 – Caberá recurso, no prazo de 02 (dois) dias úteis a contar da intimação do ato ou da lavratura da ata, nos casos de:

a) Habilitação ou inabilitação do licitante;

b) Julgamento das propostas;

c) Anulação ou revogação da licitação;

d) Rescisão do contrato que se refere o inciso I, do Art. 79 da Lei 8.666/93;

e) Aplicação de penas da advertência, suspensão temporária ou de multa.

9.4 – Caberá representação no prazo de 02 (dois) dias úteis da intimação da decisão proferida em recurso que não caiba recurso hierárquico;

9.5 – Na contagem dos prazos recursais excluir-se-á o dia do começo e incluir-se-á o do vencimento.

9.6 – Qualquer cidadão é parte legítima para impugnar esta licitação por irregularidade na aplicação da Lei 8.666/93, devendo protocolar o pedido, nas dependências da Câmara Municipal, até 05 (cinco) dias úteis antes da data fixada para abertura dos envelopes da habilitação, devendo a impugnação ser julgada e respondida em até 03 (três) dias úteis, sem prejuízo da faculdade prevista no § 1º, do Art. 113 da Lei 8.666/93.

9.7 – Decairá do direito de impugnar os termos do presente edital perante a Câmara Municipal o licitante que não o fizer até o segundo dia útil que anteceder à abertura dos envelopes com as propostas.

10. HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO

10.1 – Decorrido o prazo recursal, ou tendo havido desistência expressa de recursos, ou após o julgamento dos recursos interpostos, o processo licitatório será encaminhado ao Presidente da Câmara Municipal de Venda Nova do Imigrante-ES para a competente deliberação;

10.2 – Ultrapassada todas as fases, será homologado e adjudicado.

11. PRAZOS E CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

11.1 – O prazo de validade do presente contrato será de **12 meses**, com início a partir da sua assinatura, podendo ser prorrogado nas hipóteses do art. 57 da Lei nº 8.666/93 e suas alterações, a exclusivo critério do Presidente da Câmara.

11.2 – O serviço, objeto deste certame, deverá ser publicado até o quinto dia útil, com apresentação de um exemplar de jornal e de revista na sede da Câmara Municipal;

11.3 – O pagamento será efetuado mensalmente, em até 05 (cinco) dias úteis através de depósito em conta corrente da empresa vencedora, após a entrega do material, apresentação da Nota Fiscal – Fatura, após atestado pelo setor competente;

11.4 – A execução do objeto em desacordo com as especificações, contendo defeitos, incorreções ou diverso das condições propostas, deverá ser objeto de revisão dentro

do prazo de 48 (quarenta e oito) horas, a partir da comunicação feita pelo **CONTRATANTE**, sem qualquer ônus adicional.

11.5 – É vedado qualquer acréscimo ao pagamento referido nesta cláusula.

12. PENALIDADES E SANÇÕES

12.1 – A empresa adjudicatária deverá observar rigorosamente as condições estabelecidas para execução do serviço, a partir da divulgação do vencedor. Ocorrendo inexecução total ou parcial do contrato, a Administração poderá aplicar ao licitante vencedor todas as penalidades previstas nos artigos 81 a 88 da Lei 8.666/83 além de:

I – Advertência;

II - Multa de 10,0% (dez por cento) sobre o valor Contratado;

III - Suspensão temporária do direito de licitar e contratar com a Câmara Municipal de Venda Nova do Imigrante-ES pelo prazo de 02 (dois) anos;

IV - Declaração de inidoneidade para licitar, ou contratar com a administração pública enquanto perdurarem os motivos da punição, ou até que seja promovida a reabilitação perante a autoridade que aplicou a penalidade, o que será concedido sempre que o contratado ressarcir a Câmara Municipal de Venda Nova do Imigrante-ES pelos prejuízos resultantes e após decorridos o prazo de sanção.

13. DISPOSIÇÕES FINAIS

13.1 – A CPL fornecerá aos interessados, todos os elementos necessários à elaboração da proposta;

13.2 – Compete ao Licitante fazer minucioso exame da licitação, das normas e especificações, de modo a poder apresentar, por escrito, todas as divergências ou erros porventura encontrados, para a devida correção ou esclarecimento, até 02 (dois) dias úteis antes da data marcada para a entrega das propostas;

13.3 – A presente licitação poderá ser anulada ou revogada por autoridade competente, devido a razões de interesse público decorrente de fato superveniente devidamente comprovado, mediante parecer escrito e fundamentado, conforme previsão no art. 49 da Lei 8.666/93;

13.4 – As dúvidas que surgirem durante as reuniões, serão a juízo da CPL, por esta resolvidas, na presença dos licitantes ou, deixadas para posterior deliberação, devendo os atos serem registrados em ata;

13.5 – Caso a data marcada para a presente licitação coincida com feriado ou ponto facultativo decretado pelo Município, será a mesma realizada no primeiro dia útil posterior, permanecendo o mesmo horário e local;

13.6 – A Câmara Municipal de Venda Nova do Imigrante-ES reserva-se o direito de aumentar ou diminuir o objeto da presente licitação até o limite de 25% (vinte e cinco por cento), de acordo com o § 1º, do Art. 65, da Lei Federal 8.666/93, servindo, como base de cálculo os preços unitários da proposta;

13.7 – O prazo para prestação de serviço poderá ser prorrogada, de acordo com os interesses da administração pública, conforme art. 57 da Lei 8.666/93.

13.8 – Fazem parte integrante deste Edital:

- a) ANEXO I – Termo de Referência;
- b) ANEXO II – Modelo de declaração para Habilitação;
- c) ANEXO III – Modelo de Credencial;
- d) ANEXO IV – Modelo de Declaração;
- e) ANEXO V – Modelo de Proposta de Preços
- f) ANEXO VI – Minuta de Contrato.

Venda Nova do Imigrante-ES, 20 de julho de 2015.

FÁTIMA LÚCIA ZORZAL
Presidente da CPL

DE ACORDO:

JOÃO PAULO SCHETTINO MINETI
Presidente da Câmara

JULIANA FOLETTTO ULIANA
Procuradora Geral OAB: 16.775 ES

ANEXO I

TERMO DE REFERÊNCIA

OBJETO: Publicação institucional periódica em jornal e revista que circule no Município de Venda Nova do Imigrante-ES, obrigando-se a empresa vencedora a buscar junto a Administração licitante as informações que deseja publicar, de acordo com as necessidades legislativas e com avaliação do Presidente da Câmara da matéria a ser publicada.

1 – Especificações do Jornal:

- 1.1** – Intervalo de publicação máxima de 15 dias e as publicações deverão ser feitas nas subdivisões internas do jornal;
- 1.2** - A publicação deverá se dar com medidas em centímetros de coluna, na edição imediatamente posterior à data da solicitação, nos padrões e modelos solicitados pela Câmara.
- 1.3** – Todas as matérias antes de serem publicadas deverão ter aprovação prévia do Presidente da Câmara.

2 – Especificações da Revista:

- 2.1** – A revista deve ser em policromia, com impressão offset e fotolito, e as publicações deverão ser realizadas nas subdivisões internas;
- 2.2** – Intervalo de publicação máxima de 30 dias e a publicação da matéria da contratante deve se dar na edição imediatamente posterior à data da solicitação;
- 2.3** – Todas as matérias antes de serem publicadas deverão ter aprovação prévia do Presidente da Câmara.

ANEXO II

MODELO DE DECLARAÇÃO PARA HABILITAÇÃO

NOME/RAZÃO SOCIAL DA EMPRESA:

ENDEREÇO:

CNPJ:

DECLARAMOS para fins de cumprimento do disposto item 5.1.1, “e” – Habilitação do Convite nº 05/2015 - CMVNI, que a empresa está **APTA** a fornecer o objeto licitado.

.....

Local e data

.....

Assinatura Representante Legal da Empresa

Este documento deverá ser entregue junto com credenciamento ou no envelope 02 - PROPOSTA COMERCIAL

CONVITE Nº 05/2015 – CMVNI

ANEXO III

MODELO DE CREDENCIAL

Pela presente, credenciamos o (a) Sr (a), portador (a) da Cédula de Identidade sob n.º e CPF sob n.º, a participar do procedimento licitatório - Convite n.º 05/2015 da Câmara Municipal de Venda Nova do Imigrante-ES.

Na qualidade de representante legal da empresa, outorga-se ao (à) acima credenciado (a), dentre outros poderes, o de renunciar ao direito de interposição de Recurso.

.....

Local e data

.....

Assinatura Representante Legal da Empresa

CONVITE Nº 05/2015 – CMVNI

ANEXO IV

MODELO DE DECLARAÇÃO

..... inscrita (o) no CNPJ ou CPF nº, por intermédio de seu representante legal Sr. (a) Portador (a) da Carteira de Identidade nº _____, CPF nº..... **DECLARA**, para fins do disposto no inciso V, do art. 27, da Lei 8.666/93, acrescido pela Lei 9.854, de 27 de outubro de 1999, que não emprega menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de dezesseis anos. Ressalva: Emprega menor, a partir de quatorze anos, na condição de aprendiz.

.....
Local e data

.....
Representante Legal

ANEXO V

MODELO DE PROPOSTA DE PREÇOS

(apresentar em papel timbrado da Empresa)

Apresentamos nossa proposta para fornecimento de serviço do objeto da presente Licitação, modalidade **Convite nº 05/2015** – CMVNI, acatando todas as estipulações consignadas no Edital, conforme abaixo:

ITEM	DESCRIÇÃO	UNIDADE	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
I	JORNAL	centímetro/ coluna		
II	REVISTA	página inteira		
		meia página		

OBS.: O valor total do item II é a somatória da página e da meia página.

Valor Total item I: R\$ _____ (_____)

Valor Total item II: R\$ _____ (_____)

Prazo de validade da proposta (não inferior a 60 dias, contados da data de apresentação da mesma): _____ (_____) dias.

Razão Social: _____

CNPJ : _____ Telefone / Fax : _____

Endereço : _____

_____, ____ de _____ de 2015.

Carimbo da empresa / Assinatura do responsável

ANEXO VI

MINUTA DE CONTRATO

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO QUE
ENTRE SI CELEBRAM A CÂMARA MUNICIPAL DE
VENDA NOVA DO IMIGRANTE - ES E A EMPRESA
.....

Por este instrumento contratual, de um lado a **CÂMARA MUNICIPAL DE VENDA NOVA DO IMIGRANTE - ES**, Pessoa Jurídica de Direito Público Interno, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 36.028.942.0001-25, sediada na Avenida Evandi Américo Comarella, nº 385 - 4º andar - Venda Nova do Imigrante – ES, neste ato representada por seu Presidente, Vereador **JOÃO PAULO SCHETTINO MINETI**, brasileiro, casado, Professor, residente e domiciliado na Rua Irmãos Zanetti, nº 217 – Bairro Mineti, Venda Nova do Imigrante - ES, CEP: 29.375-000, portador da CI/RG nº 1.499.992 - ES e do CPF nº086.838.827-05, aqui denominada doravante simplesmente **CONTRATANTE**, e do outro lado, estabelecida à, inscrita no CNPJ/MF ou CPF sob o nº, neste ato representada pelo seu sócio/proprietário,, residente e domiciliado na, portador do CPF nº, aqui denominada simplesmente **CONTRATADA**, têm entre si justo e acertado o presente **CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO**, oriundo do Processo Administrativo nº e do Edital nº com fundamento na Lei 8.666/93, mediante as cláusulas e condições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA - OBJETO E SEUS ELEMENTOS CARACTERÍSTICOS

1.1 - Publicação institucional periódica em jornal e revista que circule no Município de Venda Nova do Imigrante-ES, obrigando-se a empresa vencedora a buscar junto a Administração licitante as informações que deseja publicar, de acordo com as necessidades legislativas e com avaliação do Presidente da Câmara da matéria a ser publicada, conforme o Termo de Referência no **Anexo I**.

2.3 – A publicação institucional pelo período de 12 meses será de:

I – JORNAL - até 2.000 (dois mil) centímetros/coluna

II - REVISTA - até 3 (três) publicações de página inteira e até 5 (cinco) publicações de 1/2 página

CLÁUSULA SEGUNDA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

2.1 - Os recursos para atender as despesas constantes do presente Convite serão provenientes da seguinte dotação:

001001.0103100012.111 - Manutenção das Atividades de Publicidade e Ação Legislativa

33903900000 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica

CLÁUSULA TERCEIRA - VALOR E CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

3.1 – O valor centímetro/coluna para jornal é de R\$.....(.....) e o valor do presente contrato é de até (.....), o equivalente a até 2.000 (dois mil) centímetro/coluna).

3.2 – O valor da página inteira de Revista é de R\$.....(.....); o valor de meia página de Revista é de R\$..... (.....) e o valor do presente contrato é de até (.....), o equivalente a até 3 (três) publicações de página inteira e até 5 (cinco) publicações de 1/2 página.

3.3 – O **valor total** do presente contrato, fixo e irrevogável, nos termos da legislação vigente, é de até(.....).

3.4 - O pagamento será efetuado mensalmente, em até 05 (cinco) dias úteis através de depósito em conta corrente da empresa vencedora, após a publicação da matéria e apresentação da Nota Fiscal – Fatura, após atestado pelo setor competente.

CLÁUSULA QUARTA - VIGÊNCIA, EXECUÇÃO E RECEBIMENTO DO OBJETO

4.1 - – O prazo de validade do presente contrato será de 12 meses, com início a partir da sua assinatura, podendo ser prorrogado nas hipóteses do art. 57 da Lei nº 8.666/93 e suas alterações, a exclusivo critério do Presidente da Câmara.

4.2 – O serviço, objeto deste certame, deverá ser publicado até o quinto dia útil, com apresentação de um exemplar de jornal e de revista na sede da Câmara Municipal;

4.3 – O pagamento será efetuado mensalmente, em até 05 (cinco) dias úteis através de depósito em conta corrente da empresa vencedora, após a entrega do material, apresentação da Nota Fiscal – Fatura, após atestado pelo setor competente;

4.4 – A execução do objeto em desacordo com as especificações, contendo defeitos, incorreções ou diverso das condições propostas, deverá ser objeto de revisão dentro

do prazo de 48 (quarenta e oito) horas, a partir da comunicação feita pelo **CONTRATANTE**, sem qualquer ônus adicional.

4.5 – É vedado qualquer acréscimo ao pagamento referido nesta cláusula.

CLÁUSULA QUINTA - DOCUMENTOS APLICÁVEIS

5.1 - Integram este contrato, como se aqui estivessem transcritos, todos os documentos e instruções que compõem o **Convite nº 05/2015**, completando o presente contrato para todos os fins de direito, obrigando-se as partes em todos os seus termos.

CLÁUSULA SEXTA - OBRIGAÇÕES DAS PARTES

6.1 - São obrigações da **CONTRATADA**:

6.1.1 - Responsabilizar-se por todos os ônus e obrigações concernentes à legislação fiscal, civil, tributária e trabalhista, bem como por todas as despesas decorrentes da execução do contrato e, ainda, por todos os danos que causar a seus funcionários ou a terceiros em virtude de execução do presente instrumento;

6.1.2 - Manter durante toda a execução do contrato as condições de qualificação que sejam de sua competência apresentadas no processo de contratação, em especial no tocante ao INSS e FGTS;

6.1.3 - Responder integralmente pelas obrigações contratuais nos termos do art. 70 da Lei 8666/93;

6.1.4 - Se, no decorrer da execução do contrato, surgirem eventos ou características relevantes que possam vir a afetar o objeto do presente, deverá a CONTRATADA comunicar expressamente ao CONTRATANTE acerca do ocorrido, respondendo integralmente por sua omissão;

6.1.5 – Responsabilizar-se com toda a despesa quanto ao deslocamento até a sede da Câmara Municipal para a coleta do material a ser publicado.

6.2. São obrigações do **CONTRATANTE**:

6.2.1. O pagamento do preço no prazo fixado neste contrato, sob pena de, em caso de eventual atraso no adimplemento da obrigação, sujeitar-se ao pagamento de juros moratórios, sem prejuízo do disposto no art. 78, inciso XV, da Lei nº 8.666/93;

6.2.2 – Fornecer o material a ser publicado no Jornal e na Revista conforme objeto do Contrato, liberando-o dentro do prazo para publicação.

CLÁUSULA SETIMA - SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

7.1 - A CONTRATADA deverá observar rigorosamente as condições estabelecidas para fornecimento e prestação dos serviços, sujeitando-se às penalidades constantes nos artigos 86 a 88 da Lei 8.666/93.

7.2 - Na ocorrência de inadimplemento injustificado no cumprimento do objeto, no caso de sua execução em desacordo com o especificado, ou quaisquer outras ações ou omissões que impliquem em descumprimento do ajuste, estará a empresa sujeita às seguintes penalidades:

7.2.1 - Advertência;

7.2.2 - Multa de 10,0% (dez por cento) sobre o valor Contratado;

7.2.3 - Suspensão temporária do direito de licitar e contratar com a Câmara Municipal de Venda Nova do Imigrante-ES pelo prazo de 02 (dois) anos;

7.2.4 - Declaração de inidoneidade para licitar, ou contratar com a administração pública enquanto perdurarem os motivos da punição, ou até que seja promovida a reabilitação perante a autoridade que aplicou a penalidade, o que será concedido sempre que o contratado ressarcir a Câmara Municipal de Venda Nova do Imigrante-ES pelos prejuízos resultantes e após decorridos o prazo de sanção.

7.3 - A aplicação de quaisquer das penalidades inicia-se com a notificação à CONTRATADA, descrevendo os fatos e indicando a penalidade que será aplicada, abrindo-se o prazo de 5 (cinco) dias úteis para prévia defesa, à exceção do item 7.1.4, cujo prazo será de 10 (dez) dias úteis.

7.4 - As multas, a critério do CONTRATANTE, poderão ser cobradas cumulativamente em uma ou mais das seguintes formas:

7.4.1 - Recolhidas aos cofres do Município de Venda Nova do Imigrante - ES, no prazo de 3 (três) dias úteis da data de sua aplicação, mediante guia de recolhimento oficial que será encaminhada à CONTRATADA;

7.4.2 - Descontadas do pagamento devido à CONTRATADA;

7.4.3 - Cobradas judicialmente.

CLÁUSULA OITAVA - RESCISÃO CONTRATUAL

8.1 - O contrato poderá ser rescindido pela ocorrência de qualquer das hipóteses previstos nos arts. 77 e 78 da Lei 8.666/93;

8.2 - O presente Contrato poderá ser rescindido por ato unilateral e escrito da administração, independentemente de interpelação ou notificação judicial, bastando para isso uma comunicação por escrito, 15 (quinze) dias antes, nos casos previstos no artigo 78, da Lei 8.666/93.

CLÁUSULA NONA- PUBLICAÇÃO

9.1 – O presente contrato será publicado no quadro de avisos (mural) localizado no átrio da sede da Câmara Municipal de Venda Nova do Imigrante - ES, conforme § único do art. 55 da Lei Orgânica Municipal, bem como no site www.camaravni.es.gov.br

CLÁUSULA DÉCIMA- DISPOSIÇÕES GERAIS

10.1 - A CONTRATADA se obriga ao cumprimento integral do objeto deste contrato, pelo preço e nas condições oferecidas, não lhe cabendo o direito a qualquer ressarcimento por despesas decorrentes de custos não previstos em sua proposta, quer seja por erro ou omissão.

10.2 - A CONTRATADA deverá adotar todas as medidas, precauções e cuidados necessários, de modo a evitar eventuais danos causados diretamente ao CONTRATANTE ou a terceiros, seja por ato ou omissão de seus empregados, prepostos ou assemelhados, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do contrato.

10.3 - Sem autorização prévia e expressa do CONTRATANTE, sob pena de o contrato ser considerado rescindido unilateralmente, é defeso à CONTRATADA:

10.3.1 - A execução do serviço por meio de associação ou de subcontratação;

10.3.2 - Transferir, no todo ou em parte, o contrato ou obrigações dele originárias.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA- FORO

10.1 - Fica eleito o foro da cidade de Venda Nova do Imigrante-ES para dirimir quaisquer dúvidas oriundas deste Contrato e que não possam ser resolvidas por meios administrativos, bem como renúncia a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

10.2 - E por estarem, assim, justos e contratados, assinam o presente instrumento em 03 (três) vias de igual teor e forma, na presença das testemunhas infra-assinados, após lido e achado conforme.

Venda Nova do Imigrante-ES, de de 20.....

CONTRATANTE

CONTRATADA

Testemunhas:

CI N°

.....

CI N°